

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	15
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	16
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	17
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	43
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	145.000
Preferenciais	0
Total	145.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	10.314	31
1.01	Ativo Circulante	27	15
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9	13
1.01.07	Despesas Antecipadas	18	2
1.02	Ativo Não Circulante	10.287	16
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	16	16
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	16	16
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	16
1.02.03	Imobilizado	480	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	480	0
1.02.04	Intangível	9.791	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	10.314	31
2.01	Passivo Circulante	7.004	0
2.01.02	Fornecedores	26	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	1	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1	0
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições	1	0
2.01.06	Provisões	6.977	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.977	0
2.01.06.01.05	Provisão para Passivo a descoberto em investidas	6.977	0
2.02	Passivo Não Circulante	4.410	214
2.02.02	Outras Obrigações	4.410	214
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.410	214
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	0	214
2.03	Patrimônio Líquido	-1.100	-183
2.03.01	Capital Social Realizado	1.450	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.550	-183

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.238	-2.366	-20	-38
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-201	-329	-20	-38
3.04.02.01	Pro-labore da diretoria	0	0	-4	-4
3.04.02.02	Pessoal e Encargos	-7	-11	-1	-1
3.04.02.03	Serviços de terceiros	-40	-106	-15	-33
3.04.02.05	Outros impostos e taxas	-9	-22	0	0
3.04.02.06	Despesas com depreciação	-126	-126	0	0
3.04.02.07	Despesas Gerais e Administrativas	-19	-64	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.037	-2.037	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-2.238	-2.366	-20	-38
3.06	Resultado Financeiro	2	0	0	0
3.06.01	Receitas Financeiras	5	6	0	0
3.06.01.01	Variações cambiais ativas	5	6	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-3	-6	0	0
3.06.02.01	Juros passivos	-2	-3	0	0
3.06.02.02	Variações cambiais passivas	-1	-3	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-2.236	-2.366	-20	-38
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.236	-2.366	-20	-38
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-2.236	-2.366	-20	-38
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	-2.236	-2.366	-20	-38
4.03	Resultado Abrangente do Período	-2.236	-2.366	-20	-38

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.003	-35
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-203	-38
6.01.01.01	Resultado do período	-2.366	-38
6.01.01.02	Depreciação e Amortizações	126	0
6.01.01.03	Juros Passivos	3	0
6.01.01.04	Variações Cambiais Líquidas	-3	0
6.01.01.06	Equivalência Patrimonial	2.037	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	4.206	3
6.01.02.05	Despesas antecipadas	-16	-1
6.01.02.08	Fornecedores	26	3
6.01.02.10	Impostos, taxas e contribuições	1	0
6.01.02.14	Provisão honorários diretoria	0	1
6.01.02.15	Passivo partes relacionadas - Não Circulante	4.195	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.457	0
6.02.01	Aquisição Imobilizado	-513	0
6.02.02	Aquisição de Intangível	-870	0
6.02.03	Aquisição da DPE, líquido do caixa adquirido	-4.074	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.450	35
6.03.01	Aumento de capital	1.450	0
6.03.03	Empréstimos e Financiamentos	0	35
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	13	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	-184	0	-184
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	-184	0	-184
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.450	0	0	0	0	1.450
5.04.01	Aumentos de Capital	1.450	0	0	0	0	1.450
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.366	0	-2.366
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.366	0	-2.366
5.07	Saldos Finais	1.450	0	0	-2.550	0	-1.100

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-38	0	-38
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-38	0	-38
5.07	Saldos Finais	0	0	0	-38	0	-38

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-164	-34
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-164	-34
7.03	Valor Adicionado Bruto	-164	-34
7.04	Retenções	-126	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-126	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-290	-34
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-2.037	0
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.037	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-2.327	-34
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-2.327	-34
7.08.01	Pessoal	9	4
7.08.01.01	Remuneração Direta	9	4
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	24	0
7.08.02.01	Federais	24	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6	0
7.08.03.01	Juros	3	0
7.08.03.02	Aluguéis	3	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-2.366	-38
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-2.366	-38

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	29.651	0
1.01	Ativo Circulante	8.389	0
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	16	0
1.01.03	Contas a Receber	7.321	0
1.01.03.01	Clientes	7.321	0
1.01.04	Estoques	675	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	89	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	89	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	53	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	235	0
1.01.08.03	Outros	235	0
1.01.08.03.01	Adiantamento a terceiros	235	0
1.02	Ativo Não Circulante	21.262	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	341	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	16	0
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	16	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	325	0
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	325	0
1.02.03	Imobilizado	4.187	0
1.02.04	Intangível	16.734	0
1.02.04.01	Intangíveis	16.734	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	29.651	0
2.01	Passivo Circulante	14.960	0
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.492	0
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.492	0
2.01.01.01.01	Pessoal e Encargos	1.492	0
2.01.02	Fornecedores	1.864	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	561	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	561	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	80	0
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições	481	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	5.249	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	5.249	0
2.01.05	Outras Obrigações	5.794	0
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.794	0
2.02	Passivo Não Circulante	16.066	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.240	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.240	0
2.02.02	Outras Obrigações	13.190	0
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	11.092	0
2.02.02.02	Outros	2.098	0
2.02.02.02.03	Adiantamento de clientes	2.098	0
2.02.04	Provisões	636	0
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	636	0
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	636	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-1.375	0
2.03.01	Capital Social Realizado	1.450	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.550	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-275	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.759	1.759	0	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.420	-1.420	0	0
3.03	Resultado Bruto	339	339	0	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.899	-2.027	0	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.899	-2.027	0	0
3.04.02.01	Pessoal e Encargos	-841	-845	0	0
3.04.02.02	Serviços de terceiros	-786	-852	0	0
3.04.02.03	Outros impostos e taxas	-17	-30	0	0
3.04.02.04	Despesas Gerais e Administrativas	-129	-174	0	0
3.04.02.05	Despesas com depreciação	-126	-126	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.560	-1.688	0	0
3.06	Resultado Financeiro	-707	-709	0	0
3.06.01	Receitas Financeiras	5	6	0	0
3.06.01.01	Variações cambiais ativas	5	6	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-712	-715	0	0
3.06.02.01	Variações cambiais passivas	-1	-3	0	0
3.06.02.02	Juros passivos	-520	-521	0	0
3.06.02.03	Multas financeiras	-123	-123	0	0
3.06.02.04	Outras despesas financeiras	-68	-68	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-2.267	-2.397	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.267	-2.397	0	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-2.267	-2.397	0	0
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-2.236	-2.366	0	0
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-31	-31	0	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-2.267	-2.397	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-2.267	-2.397	0	0
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-2.236	-2.366	0	0
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-31	-31	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.616	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.498	0
6.01.01.01	Resultado do período	-2.397	0
6.01.01.02	Depreciação e Amortizações	211	0
6.01.01.03	Juros Passivos	519	0
6.01.01.04	Variações Cambiais Líquidas	-3	0
6.01.01.05	Impostos Diferidos	172	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	6.114	0
6.01.02.01	Contas a Receber	-821	0
6.01.02.02	Adiantamento a terceiros	-74	0
6.01.02.03	Estoques	-40	0
6.01.02.04	Impostos a recuperar	-18	0
6.01.02.05	Despesas antecipadas	6	0
6.01.02.08	Fornecedores	1	0
6.01.02.09	Passivo com partes relacionadas	2.444	0
6.01.02.10	Impostos, taxas e contribuições	-85	0
6.01.02.11	Salários e encargos	582	0
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social	-76	0
6.01.02.14	Passivo com partes relacionadas - Não circulante	4.195	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.451	0
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-523	0
6.02.02	Aquisição de investimentos	-870	0
6.02.03	Aquisição de DPE, líquido do caixa adquirido	-4.058	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	838	0
6.03.01	Aumento de Capital	1.450	0
6.03.02	Empréstimos e Financiamento - Circulante	-612	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	13	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	16	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	-184	0	-184	0	-184
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	-184	0	-184	0	-184
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.450	0	0	0	0	1.450	0	1.450
5.04.01	Aumentos de Capital	1.450	0	0	0	0	1.450	0	1.450
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.366	0	-2.366	-31	-2.397
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.366	0	-2.366	-31	-2.397
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	-244	-244
5.06.04	Participação de não acionistas não controladores em controladas	0	0	0	0	0	0	-244	-244
5.07	Saldos Finais	1.450	0	0	-2.550	0	-1.100	-275	-1.375

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	1.936	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.936	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.729	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.420	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.309	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-793	0
7.04	Retenções	-126	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-126	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-919	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.145	0
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.145	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.226	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.226	0
7.08.01	Pessoal	616	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	491	0
7.08.01.02	Benefícios	82	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	43	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	338	0
7.08.02.01	Federais	338	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	524	0
7.08.03.01	Juros	521	0
7.08.03.02	Aluguéis	3	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.748	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.748	0

Comentário do Desempenho

Controladora

Caixa

A posição de caixa no final do 2T11 foi R\$9 (nove mil reais) contabilizados em caixa e bancos.

Investimentos

Conforme divulgado no fato relevante do dia 28 de abril de 2011, a empresa realizou a aquisição da totalidade do capital social da Domus Populi Empreendimentos S.A., uma empresa que opera no setor de construção civil industrializada. O investimento foi no valor de R\$ 4.074 (Quatro milhões e setenta e quatro mil reais).

A empresa tem a expectativa, ainda, da entrada de capital de investidores no terceiro trimestre do ano, o que fortalecerá sua estrutura de capital e permitirá que realize os investimentos em aumento de capacidade produtiva que necessita para atender a demanda de mercado.

Patrimônio Líquido:

O Patrimônio Líquido da Controladora encerrou negativo o segundo trimestre de 2011, em R\$ 1.100 (Um milhão e cem mil reais).

Despesas:

O G&A da Controladora registrou redução de 42% na comparação entre 2T11 e 1T11, fundamentalmente resultante da diminuição de serviços de terceiros e outras despesas operacionais. Apesar disso, esperamos um retorno destas despesas ao patamar do primeiro trimestre dado que a empresa implementará diversos controles em sua nova subsidiária.

Consolidado

Desempenho das Operações e Demonstrações Financeiras

Vendas

No 1T11, a DPP ainda era uma empresa inativa, uma vez que ainda não possuía uma atividade operacional. No 2T11, vemos as vendas realizadas na sua subsidiária Domus Populi Empreendimentos S.A. ("DPE") que, por trata-se de uma empresa em início de suas operações, contava nesse período ainda com somente um cliente, a empresa Camter Construções e Empreendimentos S.A., operando em uma obra de reurbanização da Favela do Lixão na cidade de Duque de Caxias, Rio de Janeiro.

A comparação com períodos anteriores não é realista uma vez que as atividades da DPE foram começadas na segunda metade de 2010 e encontra-se ainda em fase de desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Além disso, as fortes chuvas que incidiram no estado de São Paulo nos primeiros meses do ano e uma desaceleração da obra em Duque de Caxias impactaram na sua produção, resultando em vendas abaixo do desejado. O volume de vendas da DPP no 2T11 foi de R\$ 1.936 (Um milhão novecentos e trinta e seis mil reais).

Comentário do Desempenho

Custo dos Produtos Vendidos - CPV

O CPV no 2T11 foi de R\$1.420 (um milhão quatrocentos e vinte mil reais), que foi acima do esperado, principalmente influenciado (i) pelo aumento expressivo do custo da mão-de-obra de montagem, (ii) aumento do custo da matéria-prima utilizada na produção dos painéis pré-moldados e (iii) baixa diluição dos seus custos indiretos fixos por unidade de produto dada a dimensão sub-ótima de sua presente capacidade produtiva. Uma vez que tenha ampliado a capacidade e, em decorrência, suas vendas, espera-se uma notável melhoria no CPV por unidade produzida.

Despesas Gerais e Administrativas – G&A

No 2T11, a DPP apresentou G&A consolidado total de R\$2.027 (dois milhões e vinte e sete mil reais), refletindo a aquisição realizada e uma estruturação da companhia para a fase de expansão, com necessidade de adaptação no quadro de funcionários e nas instalações.

Resultado Financeiro

No 2T11, o resultado financeiro foi negativo em R\$709 (setecentos e nove mil reais), refletindo suas despesas financeiras com empréstimos bancários.

Resultado Líquido

No 2T11, a DPP apresentou um prejuízo de R\$2.397 (dois milhões, trezentos e noventa e sete mil reais), ante um prejuízo de R\$ 131 (cento e trinta e um mil reais) no 1T11. Esse aumento considerável é advindo da consolidação da sua subsidiária DPE.

Endividamento:

Ao final do 2T11, a DPP apresentou dívida financeira bancária total de R\$7.489 (Sete milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil reais). As dívidas são primordialmente ligadas a investimentos em imobilizado para expansão da fábrica e capital de giro para os projetos em que está atuando. Toda a dívida é contratada em reais, sendo 70% de curto prazo, com uma taxa média de 36,5% a.a. A empresa espera desalavancar sua estrutura de capital através da reestruturação de sua dívida através do repagamento de linhas de crédito mais caras e obtenção de outras linhas de crédito com prazos médios alongados e com custos menos onerosos no decorrer dos próximos meses, via entrada de capital na DPP e a aceleração do ritmo operacional, e consequente geração de caixa, de sua atividade.

Investimentos

Uma vez que tenha os recursos advindos de sua ampliação de capital, a DPP planeja adquirir equipamentos para o projeto de expansão de sua fábrica em Várzea Paulista e, também, no projeto de construção de outras unidades de produção, conforme seu plano de negócios, o que deverá trazer sinergias operacionais significativas. Atualmente, a DPP avalia uma série de projetos de novas fábricas para verificar sua viabilidade econômica e grau de prioridade. O investimento em cada fábrica é estimado em cerca de R\$ 20 milhões.

Notas Explicativas

Domus Populi Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2011

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Domus Populi Participações S.A. (“Domus Populi” ou “Companhia”), nova denominação da MCM Cimentos S.A., foi constituída em 18 de fevereiro de 2010 e tem por objeto social a fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda, a incorporação de imóveis próprios, a construção civil e prestação de consultoria em assuntos relacionados à construção civil, engenharia e afins, compra e venda e locação de máquinas e equipamentos relacionados à construção civil e participação em outras sociedades.

Os acionistas controladores da Companhia são a Ridoland do Brasil Participações Ltda. (84,82%) e a Metropolis Capital Markets GmbH (14,18%). A Ridoland do Brasil Participações Ltda. é também controladora da Domus Gestão e Serviços Compartilhados Ltda., da Domus Urbanismo Ltda. e da Grande Gravataí Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. A Metropolis Capital Markets GmbH também é controladora no Brasil da Metropolis Capital Markets Participações Ltda., da All Ore Mineração S.A. (nova denominação da Steel do Brasil Participações S.A.) e da Metropolis Empreendimentos Imobiliários S.A. A Ridoland do Brasil Participações Ltda é uma subsidiária da Carter Participações Ltda, enquanto a Case Participações Ltda é uma Companhia indiretamente controlada por esta.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de abril de 2011, foi aprovada e autorizada a celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações – Domus Populi Empreendimentos S.A. (“*Share Purchase Agreement - Domus Populi Empreendimentos S.A.*”) a ser firmado entre a Companhia, Ridoland do Brasil Participações Ltda. e Domus Populi Empreendimentos S.A.

Em Assembléia Geral e Extraordinária realizadas em 27 de abril de 2011, os acionistas (Ridoland do Brasil Participações Ltda. e Metropolis Capital Markets GmbH) aprovaram a aquisição de 99,99% do capital social da Domus Populi Empreendimentos S.A., que também é detentora de 51% do capital social da DPB Soluções Tecnológicas para Construção Civil S.A., as quais passam a ter suas demonstrações financeiras consolidadas pela Companhia.

Notas Explicativas

A DPP entende que para obter os ganhos potenciais intrínsecos dos fluxos de caixa advindos das operações da DPE e também para equalizar sua atual situação financeira, será necessário ainda investir em sua capacidade produtiva. Para tanto, há expectativa de um aporte de capital de novos acionistas na DPP que permitirá tal objetivo concretizar-se (assim como realizar o pagamento pela aquisição da DPE de seu antigo controlador).

O patrimônio líquido negativo encontrado hoje é resultado do ciclo operacional atual da Companhia, ainda em seu estágio inicial e sem ter atingido sua plena capacidade de produção.

2. Apresentação das informações contábeis trimestrais

2.1) Base de elaboração

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) identificadas como Consolidado; e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora, preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora. As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, nos pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e deliberados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), referidos como BR GAAP e, para o caso do Consolidado, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Em relação às atividades operacionais foram aplicados mais especificamente o Pronunciamento CPC 17 – Contratos de Construção, IAS 11 e Deliberação CVM 576/09 no que diz respeito ao reconhecimento de receitas e respectivos custos e despesas decorrentes de operações durante o andamento da obra (método da percentagem completada – POC).

2.2) Base de apresentação

As informações contábeis trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As informações contábeis intermediárias consolidadas são preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, emanados do IAS 27 – Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas

Consolidadas e Separadas e compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas sociedades controladas.

Nas informações contábeis intermediárias consolidadas são eliminadas as contas-correntes, as receitas e as despesas entre as sociedades consolidadas e os resultados não realizados, bem como os investimentos entre as sociedades.

As práticas contábeis são consistentemente aplicadas em todas as entidades consolidadas.

Para fins de avaliação das entidades consolidadas, seguem balanços e demonstrações de resultados condensados da investidas:

<u>Balanco Patrimonial</u>	<u>DPE</u>	<u>DPB</u>
Ativo circulante	8.365	0
Ativo não circulante	10.970	5
Total de ativos	19.335	5
Passivo circulante	15.567	566
Passivo não circulante	10.745	0
Total passivo	26.312	566
Patrimônio líquido	(6.977)	(561)
<u>Demonstração do resultado do período</u>	<u>DPE</u>	<u>DPB</u>
Receita líquida de vendas	1.759	-
(-) Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.420)	-
(=) Resultado bruto	339	-
(-) Despesas gerais e administrativas	(1.691)	(40)
(=) Resultado antes do resultado financeiro	(1.352)	(40)
(-) Resultado financeiro líquido	(685)	(24)
(=) Resultado líquido do período	(2.037)	(64)

A autorização para a emissão destas informações contábeis trimestrais individuais e consolidada foi dada pela Diretoria da Companhia em 15 de agosto de 2011.

3. Práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das informações trimestrais são:

a. Apuração do resultado

A apropriação dos resultados é pelo regime de competência. Na apropriação do resultado de construção são observados os procedimentos estabelecidos pelos

Notas Explicativas

Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) inerentes aos contratos de construção, especificamente relacionados ao Pronunciamento CPC 17 – Contratos de Construção. De acordo com tal Pronunciamento, o reconhecimento das receitas é feito em proporcionalidade ao custo orçado incorrido.

b. Caixa e equivalente de caixa

São representados por numerários em caixa, saldos em bancos e títulos e valores mobiliários de liquidez imediata. Os títulos e valores mobiliários estão demonstrados ao custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das informações trimestrais.

c. Contas a receber de clientes

São registrados de acordo com os valores de medição do andamento da obra feita pelos engenheiros periodicamente conforme contratualmente acordado, acrescidos de variação monetária pelo INCC (Índice Nacional da Construção Civil) em conformidade com as respectivas cláusulas de reajuste e líquidos de ajuste a valor presente.

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

d. Ajuste a valor presente - AVP

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e relevantes de curto prazo, são ajustados a valor presente, quando aplicável, a uma taxa de mercado, em contrapartida às respectivas vendas e compras que lhe deram origem, com base em taxas de desconto, as quais visam refletir as melhores avaliações atuais de mercado, quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos dos respectivos ativos e/ou passivos. Os efeitos são realocados nas linhas de receita financeiras (sujeito a reclassificação para venda de serviços) e despesa financeira (sujeita a reclassificação para custo dos serviços vendidos), no resultado, utilizando o método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos contratuais.

e. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas estimadas na realização das contas a receber.

f. Estoques

Notas Explicativas

Os estoques de produtos são demonstrados ao custo de fabricação, que não excede aos seus valores líquidos realizáveis. No caso dos estoques em elaboração, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades ainda não acabadas.

O custo dos serviços prestados em Obras inclui todos os gastos incorridos na construção (incluindo fundação, estrutura e respectivos custos de materiais de construção), custos de mão-de-obra própria, terceirizada e custos financeiros diretamente relacionados aos empreendimentos.

Os juros dos empréstimos e financiamentos diretamente ligados aos empreendimentos são capitalizados durante a fase de desenvolvimento e construção, e são apropriados ao resultado quando da realização da receita.

g. Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores pagos antecipadamente, sendo apropriadas ao resultado em conformidade com o prazo de vigência do contrato.

h. Ativo circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo histórico de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e/ou cambiais auferidas até a data do balanço patrimonial e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização.

i. Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas apresentados nas informações contábeis trimestrais individuais são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

j. Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição. As depreciações são computadas pelo método linear, tomando-se por base a estimativa de vida útil-econômica dos bens. Os gastos incorridos com renovação e melhorias que representam um aumento da vida útil dos bens são capitalizados, enquanto as manutenções de rotina e os reparos são apropriados ao resultado do exercício quando incorridos.

k. Intangíveis

Os ativos intangíveis são representados pelos ágios pagos quando da aquisição de participações societárias, fundamentados em expectativa de resultado futuro e no valor de marcas e patentes adquiridas, os quais não são amortizados e são avaliados anualmente quanto ao seu valor recuperável.

l. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Notas Explicativas

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

m. Passivo circulante e não circulante

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

n. Provisão para riscos e obrigações legais

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possuir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico, mensurável com segurança, seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com razoável segurança. Os passivos contingentes avaliados como sendo de perdas possíveis ou remotas são apenas divulgados em nota explicativa.

o. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem a parcela corrente e diferida desses tributos. Os impostos sobre a renda que encontram-se dentro do escopo do CPC 32 e do IAS 12, são o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL). Esses tributos são calculados e registrados com base nas alíquotas de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social sobre o lucro tributável.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas nas datas dos balanços em que é gerado lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações trimestrais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas na data do balanço, e que

Notas Explicativas

devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

p. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo por meio do resultado, os demais ativos financeiros que a Companhia e suas controladas possuem são os instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis. Os passivos financeiros que incluem os empréstimos, financiamentos, instrumentos de dívida e contas a pagar são avaliados ao custo amortizado.

b1 Ativos financeiros não derivativos

i. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e vendas baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

ii. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

b2 Passivos financeiros não derivativos

i. Passivos financeiros registrados ao custo amortizado

Notas Explicativas

O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

q. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido através de mercados ativos, é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado.

4. Combinação de negócios

Aquisição da Domus Populi Empreendimentos S.A.

Em 27 de Abril de 2011, a DPP adquiriu 205.997 (duzentos e cinco mil, novecentas e noventa e sete) ações ou 99.99% do capital social da Domus Populi Empreendimentos S.A. (“DPE”) por um montante de R\$ 4.074 (quatro milhões e setenta e quatro mil reais), cujo pagamento dar-se-á após entrada de recursos via aumento de capital. A data-base estabelecida para a aquisição foi 31 de Março de 2011, tendo sido utilizado o balanço desta data da DPE para todas as análises feitas pelos acionistas.

A DPE é uma empresa que opera no setor de construção civil industrializada, ou seja, produz painéis e lajes em concreto (planas ou nervuradas), que permitem a industrialização do processo construtivo. Os dados da transação estão descritos no quadro abaixo:

Empresa	Data de aquisição	Participação societária na adquirida	Valor da operação	Ativos líquidos identificáveis	Alocação de ágio
DPE	27/04/2011	99,99 %	R\$ 4.074	(R\$ 4.940)	R\$ 9.014

Por ser uma companhia nova cujas operações foram iniciadas recentemente, concluiu-se que o valor justo de ativos e passivos está refletido no seu valor contábil. O valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição é apresentado a seguir:

Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	16
Contas a receber de clientes	6.500
Estoques	634
Outros ativos	11.336

Notas Explicativas

	<u>18.486</u>
Passivos	
Contas a pagar e fornecedores	1.952
Empréstimos	7.445
Outros passivos	14.029
	<u>23.426</u>
Total dos ativos líquidos identificáveis	<u>(4.940)</u>

O valor estratégico da DPE encontra-se em ter a sua produção em ambiente controlado, com baixo índice de mão-de-obra, melhor condição de trabalho e menor interferência climática, gerando assim uma alta produtividade com qualidade. A DPE produz seus painéis e lajes utilizando tecnologia detida por sua empresa subsidiária, a DPB Soluções Tecnológicas para Construção Civil S.A. (“DPB”), na qual possui uma participação de 51% do capital social. Essa tecnologia é estratégica por já ser o sistema aprovado pelo IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) nas normas de desempenho acústica, durabilidade, conforto térmico e desempenho do sistema, e ser homologado pela Caixa Econômica Federal e CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo).

À exceção daquelas ações que se encontram em poder dos conselheiros da DPE (conforme requerimento das normas da Lei das S.A.s), todas as ações da DPE são detidas pela Companhia.

Uma vez que as operações da DPE foram iniciadas em meados de 2010, e que ainda se encontra em um estágio de desenvolvimento de suas operações, adquirindo o equipamento necessário ao longo deste ano para tanto, a diretoria da DPP considera que seu valor contábil reflete seu valor justo.

A DPP entende que para obter os ganhos potenciais intrínsecos dos fluxos de caixa advindos das operações da DPE, será necessário ainda investir em sua capacidade produtiva. Para tanto, há expectativa de um aporte de capital de novos acionistas na DPP que permitirá tal objetivo concretizar-se (assim como realizar o pagamento pela aquisição da DPE de seu antigo controlador), dado que a estrutura e, logo, entendemos que o ágio pago por essa empresa é justificado, além de ser potencialmente dedutível para fins fiscais.

Aquisição da DPB Soluções Tecnológicas para Construção Civil S.A.

Em 31 de março de 2011, a DPE adquiriu o controle da DPB Soluções Tecnológicas para Construção Civil S.A. através da compra de 5.098 ações da empresa, que representam 51% seu capital social por R\$ 6.685. Em 30 de junho de 2011, duas parcelas permanecem pendentes no valor de R\$ 1.750, que serão pagas ao serem atingidos marcos operacionais.

O objetivo dessa aquisição é estabelecer controle sobre uma tecnologia que a DPE considera poder trazer-lhe uma vantagem competitiva única no setor da construção civil.

Notas Explicativas

A DPE tem exclusividade no uso da tecnologia da DPB Soluções Tecnológicas para Construção Civil S.A. e esta, por sua vez, possui tão somente um ativo de relevância, sua tecnologia no processo construtivo, chamado Processo Construtivo Brasitherm.

Pelo uso desta tecnologia, após ter-se atingido uma série de marcos de produção estabelecidos contratualmente, a DPE passará a pagar à DPB um valor de R\$ 35,00 por m² construído de painéis ou lajes com sua tecnologia (corrigido anualmente pelo IPCA) a título de royalties, o qual será o seu principal meio de geração de fluxos de caixa futuros.

Em 30 de junho de 2011 a Companhia não havia atingido esse marco contratual de produção e, desta forma, não resultando em provisão para este pagamento adicional.

Os dados da transação estão descritos no quadro abaixo:

Empresa	Data de aquisição	Participação societária na adquirida	Valor da operação	Ativos líquidos identificáveis	Alocação de valor atribuído a marcas e patentes
DPB	31/03/2011	51,00 %	R\$ 6.685	(R\$ 253)	R\$ 6.938

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/06/2011</u>
Caixa e bancos	9	13	16
Total	<u>9</u>	<u>13</u>	<u>16</u>

6. Contas a receber

Descrição	<u>Consolidado</u>
	<u>30/06/2011</u>
Contas a receber	843
Obras a faturar	7.359
Ajuste a valor presente	(881)
Total	7.321

A Companhia adota os procedimentos descritos na nota explicativa nº 3c para reconhecimento contábil dos resultados auferidos nas operações realizadas. Em decorrência disto, o saldo de contas a receber de cliente e obras a faturar está limitado à parcela da receita reconhecida contabilmente, líquida das parcelas já recebidas.

Notas Explicativas

Os saldos de contas a receber de clientes e obras a faturar estão sendo atualizados de acordo com INCC (Índice Nacional de Construção Civil) até a entrega dos produtos, conforme cláusulas contratuais.

As contas a receber de clientes e obras a faturar são ajustadas a valor presente com base na taxa média praticada pela Companhia. A taxa média utilizada para o cálculo do desconto a valor presente para o segundo trimestre de 2011 foi de 1,65% a.m.

7. Despesas antecipadas

Descrição	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/06/2011</u>
Locação de Imóvel	1	1	1
Anuidade BM&F	17	-	17
Seguros	-	-	15
Outras despesas antecipadas	-	<u>1</u>	20
Total	18	2	53

8. Estoques

Descrição	<u>Consolidado</u>
	<u>30/06/2011</u>
Estoques concluídos	236
Estoques em construção	107
Estoques de materiais	239
Estoques em trânsito	93
Total	675

9. Adiantamentos

Descrição	<u>Consolidado</u>
	<u>30/06/2011</u>
Adiantamentos a funcionários	16
Adiantamentos a fornecedores	219
Total	235

Notas Explicativas

10. Empréstimos a Receber

Descrição	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/06/2011</u>
Empréstimos a Receber	16	16	16
Total	16	16	16

Em 16 de setembro de 2010, a Companhia celebrou contrato de mútuo em favor de Brial Tony Gonçalves Santos, administrador da Metropolis Capital Markets Participações Ltda. (atual denominação da Minas do Brasil Participações Ltda.), empresa controlada pela Metropolis Capital Markets GmbH (mesmo controlador da Companhia), por meio do qual foi aberta uma linha de crédito no valor de até R\$ 50, com o objetivo de adiantar numerário ao mesmo nos trabalhos de representação das Companhias. Sobre o valor do principal incidirão juros à taxa de 6% ao ano. Os juros serão calculados “*pro rata temporis*”, conforme o número de dias transcorridos entre a data de cada desembolso e a data de seu efetivo pagamento. O vencimento, tanto do principal quanto dos juros, dar-se-á em 2 anos da data do empréstimo.

Até 30 de junho de 2011, o total disponibilizado ao devedor era de R\$ 16 (R\$ 16 em 31 de dezembro de 2010), e não havia provisão constituída para créditos de liquidação duvidosa.

11. Depósitos judiciais

O saldo de R\$ 325 trata-se de depósito judicial realizado em função de ação proposta para requerer em sede de tutela antecipada o cancelamento de protestos dos seguintes títulos do fornecedor RM Total Construções Ltda.-ME: NF 0008 - R\$ 86, emitida em 23 de novembro de 2010; NF 0012 – R\$ 118, emitida em 23 de dezembro de 2010 e NF 0014 – R\$ 120, emitida em 08 de janeiro de 2011. A primeira delas já havia sido paga e foi protestada indevidamente. Ao final, foi requerida a sustação definitiva dos protestos apontados pela Ré e a declaração da inexigibilidade das duplicatas sacadas contra a Autora.

Descrição	<u>Consolidado</u>
	<u>30/06/2011</u>
Depósitos judiciais	325
Total	325

12. Imobilizado

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados no quadro abaixo:

Notas Explicativas

Controladora:

Ativo	Taxa anual de depreciação	Custo em em 31/12/2010	Adições (*)	Custo em em 30/06/2011	Depreciação em 30/06/2011	Valor contábil em 30/06/2011
Imobilizado em andamento	-	-	154	154	-	154
Maquinas e equipamentos	10%	-	48	64	(2)	46
Móveis e utensílios	10%	-	157	157	(8)	149
Equipamentos de processamento de dados	20%	-	145	145	(22)	123
Veículos	20%	-	-	-	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	-	9	9	(1)	8
Totais		-	513	513	(33)	480

(*) Adições recebidas de acionista mediante aumento de capital com bens e direitos e geração de contas a pagar

Consolidado:

Ativo	Taxa anual de depreciação	Custo em em 31/03/2011	Adições (*)	Custo em em 30/06/2011	Depreciação em 30/06/2011	Valor contábil em 30/06/2011
Imobilizado em andamento	-	548	158	706	-	706
Maquinas e equipamentos	10%	2.142	53	2.195	(158)	2.037
Móveis e utensílios	10%	214	158	372	(20)	352
Equipamentos de processamento de dados	20%	3	145	148	(22)	126
Veículos	20%	335	-	335	(42)	293
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	671	9	680	(7)	673
Totais		3.913	523	4.436	(249)	4.187

(*) Adições (R\$ 513) recebidas de acionista mediante aumento de capital com bens e direitos e geração de contas a pagar

13. Intangível

Os detalhes dos intangíveis e da movimentação dos saldos desse grupo estão apresentados a seguir:

Controladora:

Ativo	Taxa anual de amortização	Custo em em 31/12/2010	Adições (*)	Custo em em 30/06/2011	Amortização em 30/06/2011	Valor contábil em 30/06/2011
Marcas e patentes	-	-	13	13	-	13
Direitos de uso - software	20%	-	857	857	(93)	764
Ágio- Expectativa de rentabilidade futura	-	-	9.014	9.014	-	9.014
Totais		-	9.884	9.884	(93)	9.791

(*) Adições (R\$ 870) recebidas de acionista mediante aumento de capital com bens e direitos e geração de contas a pagar

Consolidado:

Ativo	Taxa anual	Custo em	Adições	Custo	Amortização	Valor contábil
-------	------------	----------	---------	-------	-------------	----------------

Notas Explicativas

	de amortização	em 31/03/2011	(*)	em 30/06/2011	em 30/06/2011	em 30/06/2011
Marcas e patentes	-	5	13	18	-	18
Direitos de uso – software	20%	-	857	857	(93)	764
Ágio - Expectativa de rentabilidade futura	-	-	9.014	9.14	-	9.014
Ágio – Marcas e patentes	-	6.938	-	6.938	-	6.938
Totais		6.943	9.884	16.827	(93)	16.734

(*) Adições (R\$ 870) recebidas de acionista mediante aumento de capital com bens e direitos e geração de contas a pagar

A adição de intangíveis referentes a ágios por expectativa de rentabilidade futura no período findo em 30 de junho de 2011 no montante de R\$ 9.014 (R\$ 16.734 no consolidado) refere-se a ágio da operação de combinação de negócios mensurados pelo valor justo, conforme Nota Explicativa nº 4 – Combinação de negócios.

A partir de 01 de janeiro de 2009, os ágios deixaram de ser amortizados contabilmente. Os valores reconhecidos e as vidas úteis dos ativos são fundamentados com base em estudo técnico elaborado pela administração da Companhia sobre a expectativa de resultado futuro da sociedade adquirida.

14. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Indexador	Juros médios a.a-%	Vencimentos	<u>Consolidado</u> 30/06/2011
Moeda Nacional:				
Capital de giro	Tx Pré-fix.	20,0%	Set/2012	3.841
Capital de giro	Pré-fix. + CDI	7,65%	Set/2011	466
Leasing	Tx Pré-fix.	15,12%	Entre Nov/2014 e Jan/2016	1.961
CDC Financiamento de Bens	Tx Pré-fix.	18,16%	Jul/2013	59
Conta garantida	Tx Pré-fix.	46,1%	Renovação trimestral	626
Conta garantida	Tx Pré-fix.	30,44%	Renovação trimestral	50
Limites Especiais	Tx Pré-fix.	118,20%	Renovação trimestral	486
Totais				7.489
Parcelas a amortizar a curto prazo classificadas no passivo circulante				5.249
Parcelas a amortizar a longo prazo classificadas no passivo não circulante				2.240

Notas Explicativas

15. Fornecedores e demais contas a receber

Descrição	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	30/06/2011		30/06/2011
Fornecedores	26		1.515
Fornecedores a faturar	-		347
Outras contas a pagar	-		2
Total	26		1.864

16. Dívidas com empresas ligadas

Tratam-se de transferências de natureza financeira que foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, com vencimentos em até 12 meses (circulante) e até 18 meses (não circulante).

Descrição	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011
Domus Gestão e Serviços Compartilhados Ltda.	-	-	640
Ridoland do Brasil Participações Ltda.	-	-	3.473
Carter Participações Ltda. (a)	-	-	1.472
Case Participações Ltda. (b)	-	-	209
<i>Total de dívidas com empresas ligadas a curto prazo</i>	-	-	5.794
Ridoland do Brasil Participações Ltda. (c)	4.252	-	10.937
Metropolis Capital Markets GMBH	155	214	155
Domus Populi Empreendimentos S/A	3	-	-
<i>Total de dívidas com empresas ligadas a longo prazo</i>	4.410	214	11.092
Total	4.410	214	16.886

- Empresa controladora da Ridoland do Brasil Participações Ltda.;
- Indiretamente controlada pela Carter Participações Ltda.
- Na Controladora: Dívida referente aquisição de participação societária de 99,99% na empresa Domus Populi Empreendimentos S/A. No consolidado: Dívida referente á aquisição de participação societária de 51%, em 31 de Março de 2011, na empresa DPB Soluções Tecnológicas para Construção Civil S.A. mais dívida da controladora.

O Grupo tem como política para empréstimos realizados entre empresas relacionadas manter um mútuo de 18 meses, com taxas de juros de 0,5% a.m .

Notas Explicativas

17. Adiantamento de clientes

São representados por recebimentos superiores ao valor das receitas realizadas.

Descrição	<u>Consolidado</u> <u>30/06/2011</u>
Adiantamento de clientes	2.098
Total	2.098

18. Impostos, taxas e contribuições a recolher

Descrição	<u>Controladora</u> <u>30/06/2011</u>	<u>Consolidado</u> <u>30/06/2011</u>
INSS retido a recolher	1	264
ISS retido a recolher	-	80
IRRF de terceiros a recolher	-	22
PIS, COFINS e CSLL retidos	-	40
PIS a recolher	-	10
COFINS a recolher	-	48
Contribuição sindical a recolher	-	17
Total	1	481

19. Salários e encargos sociais

Descrição	<u>Consolidado</u> <u>30/06/2011</u>
Salários a pagar	152
Provisão de férias, 13 salário e encargos	413
INSS a recolher	674
FGTS a recolher	74
IRRF a recolher	179
Total	1.492

Notas Explicativas

20. Impostos diferidos

Descrição	<u>Consolidado</u>
	<u>30/06/2011</u>
ISS sobre obras a faturar	368
PIS sobre obras a faturar	48
COFINS sobre obras a faturar	220
Total	636

21. Passivo a descoberto das investidas

O saldo de R\$ 6.977 (controladora) é composto pela equivalência negativa da investida Domus Populi Empreendimentos S/A, cujo resultado compreende gastos administrativos, técnicos e comerciais daquela entidade.

Os investimentos com patrimônio líquido negativo foram reclassificados para esta rubrica.

22. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

a. Capital social

Em 30 de junho de 2011, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 1.450 e está representado por 145.000.000 ações ordinárias nominativas, e sem valor nominal.

Em 27 de abril de 2011, foi aprovado em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 1.230 por meio do aporte de bens e direitos integrantes do imobilizado e intangível.

b. Reserva de lucros

A reserva legal será constituída a base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social.

c. Dividendos

O Conselho de Administração está autorizado a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; bem como (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais.

Notas Explicativas

Caberá à Assembléia Geral, constituídas as reservas legais e as reservas estatutárias, se houver, deliberar sobre a destinação dos lucros, sendo, contudo, obrigatória a distribuição anual de dividendos correspondentes a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), ressalvada a hipótese prevista no §4º desse mesmo artigo.

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento operacional

a. Considerações gerais

A Companhia mantém instrumentos financeiros contabilizados em caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, assim como em contas a pagar e empréstimos e financiamentos a pagar. Instrumentos financeiros são contabilizados ao valor justo marcado a mercado.

b. Valor justo

Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar: os saldos contábeis se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento de curto prazo desses instrumentos.

Empréstimos a receber foram classificados como “empréstimos e recebíveis”.

Empréstimos a pagar são contabilizados pelo custo amortizado.

c. Gerenciamento de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado, além de manter o desenvolvimento futuro do negócio. Entretanto, estando atualmente em um estágio inicial de suas operações, a Companhia depende ainda dos aportes de seus controladores para a manutenção dos negócios.

d. Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

Uma das principais responsabilidades da Administração da Companhia é o gerenciamento, dentro de uma política global, das exposições aos riscos de taxa de juros, taxa de câmbio, crédito e liquidez. Neste contexto, a Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposições aos mesmos. A política de controle consiste no acompanhamento das taxas contratadas *versus* às vigentes no mercado.

e. Exposição de crédito

Notas Explicativas

Os ativos expostos a risco de crédito totalizam R\$ 7.321 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2010). Vide Nota Explicativa nº 6.

f. Análise da sensibilidade

A Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em Nota Explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

A Empresa participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, com objetivo de financiar suas atividades ou propiciar seus recursos financeiros disponíveis. A administração destes riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

Os riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da taxa cambial sobre seus passivos (controladora) e a variação da taxa CDI sobre uma única operação de financiamento de capital de giro (consolidado).

Com a finalidade de verificar a sensibilidade da variação cambial a qual a Companhia estava exposta em 30 de junho de 2011, foram definidos três cenários diferentes. Para cada cenário foi calculado o respectivo efeito em função do deslocamento de 1%, 25% e 50% em relação ao indexador da operação.

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade – Variação Cambial:

Operação	Valor em	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	R\$ mil		1%	25%	50%
Dívidas com empresas ligadas atreladas ao dólar	30/06/2011 155	Cambial	(2)	(39)	(77)

Com a finalidade de verificar a sensibilidade da variação da taxa CDI a qual a Companhia estava exposta em 30 de junho de 2011, foram definidos três cenários diferentes. Para cada cenário foi calculado o respectivo efeito em função do deslocamento de 1%, 25% e 50% em relação ao indexador da operação.

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade – CDI:

Operação	Valor em	Risco	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
	30/06/2011				

Notas Explicativas

			1%	25%	50%
Financiamento					
Capital Giro	466	Alta do CDI	(-)	(6)	(13)
Efeito líquido		Aumento Dívida	(-)	(6)	(13)

24. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como política não efetuar aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Em 30 de junho e em 31 de dezembro de 2010 não existiam operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

25. Remuneração dos administradores

Nos trimestres findos em 30 de junho de 2011 e em 2010, a Companhia não possuía empregados. Neste período a gestão da Companhia foi feita pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria.

No trimestre findo em 30 de junho de 2011 foi efetuado pagamento somente aos membros do Conselho de Administração e Diretoria no montante de R\$ 6 (R\$ 3 em 30 de junho de 2011).

A remuneração global dos administradores da Companhia autorizada pelos acionistas é de R\$ 10.000 anuais, incluindo, além dos honorários mensais, as vantagens ou benefícios de qualquer natureza que eventualmente vierem a ser concedidos aos membros da Diretoria ou do Conselho de Administração da Companhia.

Nenhum dos membros da Administração recebeu qualquer remuneração baseada em ações.

26. Contingências

Em 30 de junho de 2011, a Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais de naturezas cível e trabalhista. Baseada na avaliação de seus assessores legais, as probabilidades de perdas foram classificadas como possíveis no montante de R\$ 307, sendo a maior parte, R\$ 239, decorrentes de um processo de ação ordinária com pedido de tutela antecipada. O restante é decorrente de processos trabalhistas.

PROCESSO Nº	NATUREZA	VALOR DA CAUSA	PROBABILIDADE DE PERDA DA CAUSA
583.00.2011.114412-9	AÇÃO ORDINÁRIA COM PEDIDO DE	R\$ 239	Possível

Notas Explicativas

TUTELA ANTECIPADA			
0000212-53.2011.5.01.0205	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	R\$ 7	Possível
0000320-82.2011.5.01.0205	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	R\$ 21	Possível
0000115-53.2011.5.01.0205	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	R\$ 21	Possível
0000867-25.2011.5.01.0205	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	R\$ 18	Possível

27. Partes relacionadas

a. Considerações

As transações com partes relacionadas referem-se a transferências de natureza financeira que foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado e concessão de benefícios para o pessoal-chave da administração).

b. Controlador e pessoal-chave

Os acionistas controladores passam a ser: Ridoland do Brasil Participações Ltda. (84,82%) e a Metropolis Capital Markets GmbH (14,18%). A Ridoland do Brasil Participações Ltda. é também controladora da Domus Gestão e Serviços Compartilhados Ltda., da Domus Urbanismo Ltda. e da Grande Gravataí Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. A Metropolis Capital Markets GmbH também é controladora no Brasil da Metropolis Capital Markets Participações Ltda., da All Ore Mineração S.A. (nova denominação da Steel do Brasil Participações S.A.) e da Metropolis Empreendimentos Imobiliários S.A.

O pessoal-chave da administração da Companhia são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade.

c. Transações entre partes relacionadas

Os montantes referentes às transações entre partes relacionadas estão apresentados abaixo:

Notas Explicativas

Balanço Patrimonial em:

Descrição	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Domus Gestão e Serviços Compartilhados Ltda.	-	-	640	-
Ridoland do Brasil Participações Ltda.	-	-	3.473	-
Carter Participações Ltda.	-	-	1.472	-
Case Participações Ltda.	-	-	209	-
Total de dívidas com empresas ligadas a curto prazo	-	-	5.794	-
Ridoland do Brasil Participações Ltda.	4.252	-	10.937	-
Metropolis Capital Markets GMBH	155	214	155	-
Domus Populi Empreendimentos S/A	3	-	-	-
Total de dívidas com empresas ligadas a longo prazo	4.410	214	11.092	-
Total	4.410	214	16.886	-

Demonstração de resultados para os trimestres findos:

Descrição	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Benefícios de curto prazo	6	3	6	3

28. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Descrição	<u>Consolidado</u>
	<u>30/06/2011</u>
Seguro de máquinas e equipamentos	1.153
Seguro de veículos	200
Total	1.353

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de informações financeiras intermediárias. Neste sentido, não foram auditadas pelos auditores independentes da Companhia.

Notas Explicativas**29. Receita líquida de vendas e serviços**

	<u>Consolidado</u>
<i>Trimestre findo em</i>	30/06/2011
Pré-moldados	27
Obras a faturar	1.984
Ajuste a valor presente	(75)
<i>Receita bruta de vendas e serviços</i>	1.936
(-) Impostos incidentes	
Impostos sobre vendas	(6)
Impostos sobre vendas – obras a faturar	(171)
<i>Total impostos incidentes</i>	<i>(177)</i>
<i>(=) Receita líquida de vendas e serviços</i>	1.759

Esta receita é decorrente do contrato de prestação de serviços firmado entre a Companhia e a Camter Construções e Empreendimentos S.A. no montante estimado de R\$ 40.740. O custo estimado proporcional a esta receita é de R\$ 30.178 (trinta milhões, cento e setenta e oito mil reais)

30. Custos dos produtos vendidos

	<u>Consolidado</u>
	30/06/2011
Custos diretos:	
Materiais	175
Mão de obra própria	646
Sub-empregada	162
<i>Total de custos diretos</i>	983
Custos indiretos:	
Materiais de consumo	25
Serviços públicos	14
Mão de obra de terceiros	49
Aluguel de equipamentos	173
Depreciação e amortização	85
Outros custos indiretos	91
<i>Total de custos indiretos</i>	437
<i>Total dos custos</i>	1.420

Notas Explicativas

31. Eventos subsequentes

A Administração da Companhia declara que não há eventos subsequentes a serem divulgados entre a data das demonstrações financeiras intermediárias e a data de emissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias.

* * *

Diretoria

Carlos Bier Gerdau Johannpeter
Diretor presidente

Suzana Costa Rocha
Diretora de relações com investidores

Contador

Alessandro de Oliveira Leme
Contador CRC 1SP236426/O-6

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas e Administradores da
Domus Populi Participações S.A. (Nova denominação da MCM Cimentos S.A.)
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Domus Populi Participações S.A. (Nova denominação da MCM Cimentos S.A.), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e as das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia apresenta em 30 de junho de 2011, capital circulante líquido e patrimônio líquido negativos. Adicionalmente, a Companhia apresenta saldos relevantes de intangíveis, oriundos da aquisição de controadas. A recuperação dos valores registrados no ativo não circulante, bem como para que a Companhia e suas controladas honrem seus compromissos de curto prazo, depende do sucesso das operações futuras da Companhia e de suas controladas e do suporte financeiro dos acionistas e/ou recursos de terceiros. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da entidade. Os planos da Administração com relação às atividades operacionais estão descritos na Nota Explicativa no.1.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de agosto de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Ederson Rodrigues de Carvalho
Contador CRC 1SP199028/O-1